



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DO TJ/AM

ATA DA REUNIÃO

Aos 20 (vinte) dias do mês de março de 2019, às 9:00h, à sala de reuniões da DVTIC do Tribunal de Justiça do Amazonas, no Prédio Centro Adm. Desdor. José de Jesus Ferreira Lopes, reuniram-se os senhores membros do Subcomitê de Governança de Tecnologia da Informação, Comunicação, Infraestrutura, Compras e Serviços, representados, na oportunidade, pelos servidores: Joscelin James Guedelha da Silva - Diretor da Divisão de Infraestrutura e Logística e coordenador do Subcomitê, Rodrigo Choji de Freitas - Diretor da Divisão de Planejamento Estratégico, Mary Jane Cardoso de Queiroz - Divisão de Planejamento Estratégico, Anselmo Bastos Rodrigues Júnior, Jorge Abílio Abnader Neto -, Humberto Figliuolo Júnior, Marcus de Lima Braga, servidores da Divisão de Tecnologia da Informação, Messias Augusto Lima Belchior de Andrade - Secretário Geral de Administração e Márcia Rizzato - Secretária Geral de Administração.

A reunião foi aberta pelo Coordenador do Subcomitê, James Guedelha da Silva, explicando aos presentes que a pauta seria voltada para a área de tecnologia da informação e que o Diretor do Planejamento Estratégico, Rodrigo Choji, iria liderar a reunião.

Rodrigo explicou brevemente sobre o objetivo da reunião, a qual foi motivada pela exigência do CNJ para que haja reuniões sobre governança de TI, focada em segurança da informação. A palavra foi passada para o Servidor da TI, Humberto Figliuolo, que tinha a missão de discorrer sobre a pauta da reunião.

Ao iniciar, o Servidor Humberto discorreu sobre a missão e a visão que o Tribunal de Justiça tem diante da sociedade. Sendo a missão de realizar a justiça com acessibilidade de forma igualitária à sociedade, e com a visão de ser reconhecido pela sociedade como uma instituição que promove a justiça com imparcialidade, de forma célere e com equidade, primando por valores como comprometimento, ética, excelência, inovação, qualidade, transparência, celeridade e valorização das pessoas.

Falou também sobre os planos para criação da comissão gestora de segurança de informação que tem por atividade propor a orientação de campanhas de conscientização



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DO TJ/AM

de usuários quanto à política de segurança da informação, bem como dirimir dúvidas ou opinar sobre temas não contemplados na atual política de segurança da informação e propor alterações para maior eficiência a cada dia.

Na mesma pauta, o Servidor citou um projeto na área da segurança institucional, chamado gabinete militar do TJ que irá fomentar a política de segurança do TJAM como um todo, demonstrando que mesmo o foco sendo iniciado pela Segurança da Informação, haverá melhoramentos em todas as áreas do TJAM de maneira gradativa.

O Servidor apresentou nomes de Servidores para compor a Comissão Gestora de Segurança, recebendo a sugestão, pelos demais, para a inclusão de Magistrados na mencionada comissão. A validação da comissão em foco ficou atrelada à aprovação dos nomes sugeridos.

Ainda sobre a necessidade de se ter um sistema de segurança de informações, James Guedelha disse que o TJAM, até a presente data, não conta com um sistema de informática que detenha as informações sobre as atividades de cada setor, nem tampouco sobre a vida funcional de Magistrados ou Servidores, a fim de evitar equívocos ou desconhecimento a respeito de suas situações funcionais, e como observação, a gestora da governança de TI, Mary Jane Queiroz, relatou que os órgãos públicos, de um modo geral, têm deficiência na automatização das informações, o que gera inúmeros prejuízos para administração pública.

Diante das colocações, o diretor da SEPLAN expôs que a Divisão de TI tem iniciado um trabalho de automatização das atividades feitas pelo Setor de Recursos Humanos, a fim de ter um maior controle da situação do quadro de pessoal.

James Guedelha frisou que os setores do TJAM possuem os dados sobre suas atividades, mas tais dados não são repassadas de maneira satisfatória para que todos possam ter conhecimento sobre eles e isto seria facilmente conseguido através de um sistema de informações alimentado com informações atualizadas e precisas, do qual o TJAM ainda não dispõe.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DO TJ/AM

O servidor Humberto relatou que os dados cadastrais feitos hoje pelo TJAM acabam por serem muito falhos, dificultando a organização de um sistema de informações, por isso há perspectivas de um novo cadastramento de Servidores e Magistrados, a fim de que seja possível criar um sistema mais eficiente.

Na sequência, o mesmo Servidor discorreu sobre o SELO, JUSTIÇA EM NÚMEROS e explicou que este visa o reconhecimento dos tribunais que investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais, além do requisito básico de encaminhamento adequado das informações constantes no sistema de estatística do Poder Judiciário, de cujas informações o CNJ se nutre para pontuar cada Tribunal de Justiça Brasileiro. Seus pontos de observação são em governança, produtividade/qualidade e transparência da informação.

A Servidora Mary Jane esclareceu que a pontuação feita pelo CNJ não é feita somente com base nos dados fornecidos ao Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ), mas também pela análise do nível de informatização das atividades do Tribunal, das estatísticas fornecidas à Divisão de Planejamento Estratégico, do cumprimento das resoluções do CNJ, as quais englobam sustentabilidade, transparência, economicidade, dentre outros.

O coordenador do Subcomitê, James Guedelha salientou que o CNJ avalia os Tribunais em aspectos que, muitas vezes, são relegados. Disse ele que os próprios Servidores e Magistrados do quadro não tem conhecimento que cada atividade feita no Tribunal, direta ou indiretamente, é avaliada pelo resultado, seja ela na área judiciária, administrativa, de saúde, informática, sustentabilidade ou até mesmo no asseio do prédio, pois a avaliação feita pelo CNJ é ampla.

Foi observado também que o TJAM tem evoluído no desenvolvimento de seus trabalhos, mas ainda não tem pontuado bem com o SELO JUSTIÇA EM NÚMEROS, devido ao fato de não ter conseguido justamente, otimizar a situação da área meio, como da área fim porque o atingimento das metas na área administrativa ainda é deficiente, embora elas tenham sido atingidas na área judiciária. Foi dada relevância ao fato de que o TJAM

[Assinaturas manuscritas]



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DO TJ/AM

porte selo de excelência na área de TI atualmente, mesmo sua pontuação geral não sendo boa. Prova de que o CNJ avalia os Tribunais não somente em áreas específicas. Daí, percebe-se a necessidade da realização de eventos que possam conscientizar cada setor que compõe o Tribunal de Justiça do Amazonas. Tais ações devem ser parte de um trabalho de massificação das informações pelos meios mais acessíveis possíveis a toda a população do TJAM. As ferramentas de informação podem ser campanhas, conversas, mensagens eletrônicas e muitas formas de veicular a informação sobre as expectativas do CNJ, a fim de que o TJAM possa obter uma boa pontuação.

O servidor Humberto deixou todos os presentes a par da necessidade de se ter um PLANO DE GESTÃO DE SEGURANÇA DE RISCOS, documento para prever riscos que o TJAM possa estar a sofrer e medir o impacto dos danos que causariam. Entretanto, ainda não há capacitação técnica completa para elaborar documento desta índole.

James Guedelha expôs que tal ação se faz de suma importância para o Tribunal, uma vez que o gerenciamento de riscos poderia evitar grandes prejuízos numa instituição do porte do TJAM, por isso faz-se necessário investir na capacitação dos funcionários para que sejam aptos a elaborar tais documentos e executá-los de maneira apropriada e vantajosa, caso contrário, esta Corte fica a mercê de equívocos, bloqueando a meta de boa pontuação pelo CNJ.

Uma das dificuldades apontadas para a realização dessa meta é a escassez de servidores, os quais estão distribuídos em setores diferentes de suas áreas de capacitação.

O servidor Humberto deu a sugestão de se fazer um evento para divulgar o selo Justiça em Números com várias atividades para ampliar o conhecimento da comunidade do TJAM sobre o assunto.

A servidora Mary Jane falou sobre a Transparência, explicando que os órgãos administrativos e judiciais do Poder Judiciário devem garantir às pessoas naturais e jurídicas o direito de acesso à informação, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. E, para isso o CNJ



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

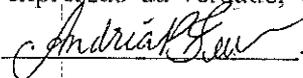
DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DO TJAM

elaborou um questionário extenso, com perguntas que perpassavam as diversas áreas, a fim de que a avaliação dos Tribunais fosse feita em seu todo e criou também um ranking de transparência. Este ranking de transparência garantiria ao TJAM premiações pelo CNJ, conforme prevê a Resolução CNJ nº 215/2015, que versa sobre o acesso à informação. Entretanto, o TJAM não tem logrado êxito em sua pontuação, uma vez que atualmente, tem ocupado uma das últimas colocações. No ano de 2018, o TJAM perdeu a premiação ouro e recebeu prata, pelo fato de não ter pontuado bem no quesito transparência de informações.

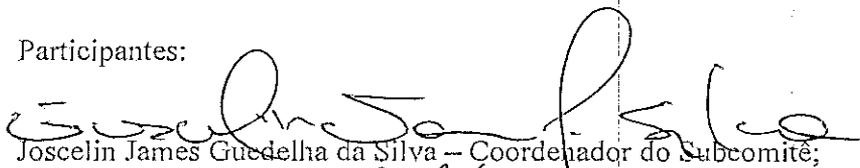
Foi dito pelo servidor Mauro que as informações disponibilizadas pelo TJAM ainda são muito confusas, dificultando o acesso do público em geral ao entendimento e conhecimento dos dados, um dos sinalizadores da deficiência no quesito transparência.

A servidora Jane resumiu que os Tribunais mais bem pontuados, não tem ações extraordinárias, mas ações simples de agrupar suas informações de maneira organizada e descomplicada, fazendo com que a comunidade em geral, consiga obter o dado solicitado, levando-se em conta as necessidades especiais de cada um, inclusive.

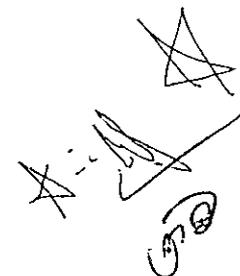
O servidor Humberto finalizou a reunião falando sobre o projeto videoconferência. Este projeto foi determinado pelo CNJ para diminuir a distância em muitas situações, possibilitando tratativas e resoluções que seriam difíceis ou impossíveis sem este meio. Este projeto está em fase de implementação.

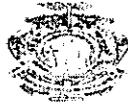
Por fim, o Coordenador do Subcomitê, James Guedelha agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Sendo esta a expressão da verdade, vai por mim, Andréa Cristina de Paula Ferreira, Secretária, assinada .

Participantes:


Joscelin James Guedelha da Silva – Coordenador do Subcomitê;


Rodrigo Choji de Freitas – Diretor Divisão de Planejamento Estratégico;





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DO TJ/AM

Anselmo Bastos Rodrigues Júnior – (DVTIC/CGTI) (Servidor em gozo de férias)

Jorge Abílio Abnader Neto – (DVTIC)

Humberto Figueiredo Júnior (DVTIC)

Marcus de Lima Braga – (DVTIC)

Márcia Rizzato – Secretaria Geral de Administração

Mary Jane Cardoso de Queiroz (DVPLAN)

Messias Augusto Lima Beñior de Andrade – Secretário Geral de Administração